

Os filhos pródigos da União

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O acordo entre a União e o Estado do Rio de Janeiro sobre a renegociação da dívida fluminense foi assinado um dia depois que se teve notícia de que o déficit público chegara próximo do perigoso índice de 5% do PIB. O acordo subscrito anteontem encerra as negociações com os Estados que possuem dívidas mais elevadas — Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro — e criou condições para que o endividamento dos Estados seja efetivamente contido, deixando de ser um dos principais fatores de alimentação do déficit público.

Os discursos que o governador Marcello Alencar e o ministro Pedro Malan proferiram na cerimônia de assinatura do acordo mostram, no entanto, que o fechamento do ciclo de negociações com os grandes Estados não garante, de maneira alguma, que as autoridades federais possam, de agora em diante, dormir tranquilas. Pelo contrário, mostram por um lado que os Estados possivelmente vejam a União como a grande mãe protetora do filho pródigo, eternamente endividado, e, por outro, que a União admite a possibilidade

de alguns governos estaduais não cumprirem os compromissos assumidos. Ameaças claras de que isso pode acontecer são a queixa do governador Alencar de que foi abandonado pela União, que se recusa a conceder avais a empréstimos externos do Estado do Rio, e a resposta de Malan à cobrança do governador: "Na medida em que o protocolo for cumprido, daremos o aval." A frustrada expectativa de Marcello Alencar de que assinado o acordo de renegociação da dívida seria possível contar com o aval da União se apoiava na certeza de que o Senado seria o grande defensor dos interesses não só do governo fluminense, como dos outros Estados. Assim foi sempre no passado, e Alencar supõe que assim continuará sendo. Tanto assim que está certo, por exemplo, de que, apesar de não estar incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso, o Senado aprovará rapidamente o acordo.

Não será necessário reescrever a novela das negociações dos Estados com a União. Cada administração federal que se preocupou um pouco que fosse com o problema do déficit público buscou obter dos

Estados compromissos no sentido de que, a União assumindo a dívida mobiliária ou toda a dívida estadual, os governadores cuidariam de reorientar suas administrações e racionalizá-las, reduzindo despesas ao essencial. Até o governo Fernando Henrique Cardoso, as negociações acabavam conduzindo a uma situação parecida com a das relações entre o filho pródigo e a mãe protetora. Essa relação, aliás, só será resolvida se o governo federal, ciente do risco político implícito, aplicar as sanções previstas — que constavam dos demais acordos, mas nunca foram levadas a sério. Respondendo a Alencar, Malan deixou claro que a União não repassará as cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios àqueles Estados que não cumprirem sua parte. A posição externada por Malan é politicamente dura — e, diante do atual quadro político, só resta esperar para ver se a ameaça será cumprida para bem do País.

O acordo com o Rio é o mais oneroso dos firmados com os

Estados — isso porque a União não aceitou os ativos que o Estado do Rio oferecera para pagar 20% da dívida que a União assumia. O que demonstra, sem necessidade de comentários, qual a situação patrimonial do governo fluminense. Além disso, com o compromisso assumido de destinar inicialmente 11% da receita líquida e che-

gando até 13% no ano 2000, e mais uma folha de pagamentos que compromete cerca de 80% da receita, o Estado do Rio de Janeiro — como prova-

velmente outros — praticamente não terá como investir. Num ano pré-eleitoral como este e eleitoral como será o de 98, os governadores (e não apenas Marcello Alencar) podem ser tentados a testar o governo federal. O que indica que o governo Fernando Henrique Cardoso deverá demonstrar uma grande coragem política para não permitir que os filhos pródigos da Federação ameacem, pelo aumento do déficit público, todo o programa de estabilização da moeda e os planos de desenvolvimento do País.

O acordo com o Rio de Janeiro fecha o ciclo de renegociação da dívida com os grandes Estados